

Política Nacional De Educação Ambiental (Lei 9.795/99) Como Medida Constitucional Para A Preservação Do Meio Ambiente: Aplicabilidade E Desafios Nas Escolas Brasileiras

Tandara Deitos

Universidade Federal De Santa Maria

Ana Paula De Souza E Silva

Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerai

Ricardo Santos De Almeida

Universidade Federal De Santa Maria

Marcelo Da Fonsêca Santana

Universidade Federal De Paraíba

Bruna Kristiane Barbosa De Carvalho

Escola De Direito Da Universidade Do Estado Do Amazonas - Uea

João Filipe Moreira De Carvalho

Universidade Paulista - Unip

Aline Ferraz

Unaerp - Universidade De Ribeirão Preto

Marcos Vinicius Lisboa Cachucho

Unaerp - Universidade De Ribeirão Preto

Roberta Rocha Inácio Matos

Universidade Do Extremo Sul Catarinense - Unesc

Sabrina Kerkhoff

Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná

Resumo:

A pesquisa analisou a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) nas escolas brasileiras, destacando desafios e oportunidades. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa de literatura, sob o levantamento de artigos científicos brasileiros e publicados entre os anos de 2016 a 2023 nas bases SciELO e Google Acadêmico. Como resultado, verificou-se que muitos professores carecem de familiaridade com a PNEA, apontando para a necessidade de formação continuada. Além disso, a falta de espaços para debates sobre temas ambientais evidencia uma lacuna na promoção da educação ambiental. Muitos educadores consideram a PNEA como um documento acabado, ressaltando a necessidade de uma compreensão mais profunda e crítica das diretrizes ambientais. A assimilação empírica de algumas diretrizes, sem uma base teórica sólida, destaca a importância de uma abordagem embasada na implementação da educação ambiental. A falta de clareza sobre o conceito de EA e a necessidade de cursos de capacitação foram identificados como cruciais para melhorar a aplicação da EA nas escolas. Apesar dos esforços dos ativistas ambientais, persistem desafios como a falta de tempo, recursos e preparação adequada dos educadores. Em meio a essas dificuldades, a reflexão e o diálogo

emergem como elementos fundamentais para promover mudanças significativas e garantir nossa continuidade no planeta.

Palavras-chave: Educação ambiental; Política Nacional de Educação Ambiental; Lei 9.795/99; Meio Ambiente; Escolas.

Date of Submission: 12-05-2024

Date of Acceptance: 22-05-2024

I. Introdução

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) emerge como um marco legislativo fundamental no contexto brasileiro, buscando estabelecer diretrizes e princípios para a promoção da conscientização e da preservação ambiental no país. Promulgada em 1999, essa política reflete a preocupação crescente com a conservação dos recursos naturais e a necessidade de integrar a dimensão ambiental à prática educativa nas escolas. Nesse sentido, a lei estabelece a Educação Ambiental como um componente essencial do processo educacional, tanto formal quanto não formal, visando sensibilizar e mobilizar a sociedade para a proteção do meio ambiente (DIMAS; NOVAES; AVELAR, 2021).

A aplicabilidade da Política Nacional de Educação Ambiental nas escolas brasileiras representa um desafio multifacetado, que envolve questões estruturais, pedagógicas e culturais. Apesar do avanço legislativo, a efetiva implementação dessas diretrizes enfrenta obstáculos relacionados à formação dos educadores, à adequação curricular, à disponibilidade de recursos e à própria compreensão da importância da Educação Ambiental no contexto escolar. Dessa forma, torna-se essencial promover uma reflexão crítica sobre os processos de ensino e aprendizagem, visando integrar de forma transversal e interdisciplinar as questões ambientais no currículo escolar (PROFICE, 2016).

A promoção da Educação Ambiental nas escolas não se restringe apenas à transmissão de conhecimentos sobre ecossistemas e problemas ambientais, mas também à formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados na construção de sociedades mais sustentáveis. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Ambiental visa não apenas informar, mas também transformar comportamentos e atitudes em relação ao meio ambiente, promovendo a adoção de práticas sustentáveis e o desenvolvimento de uma consciência ambiental responsável e participativa. No entanto, alcançar esses objetivos requer um esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo educativo, desde gestores escolares e professores até alunos e comunidade local (MOTA, 2017).

Diante desse contexto, este trabalho propõe uma análise da aplicabilidade e dos desafios da Política Nacional de Educação Ambiental nas escolas brasileiras. Ao compreender as potencialidades e limitações dessa política, espera-se contribuir de forma mais efetiva para a construção de uma educação mais comprometida com a preservação do meio ambiente e com a promoção da sustentabilidade.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi realizada utilizando uma abordagem de revisão integrativa, escolhida devido à sua capacidade de reunir e sintetizar informações de estudos sobre o tema em questão. A justificativa para essa escolha metodológica reside na necessidade de explorar o tema da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) e seus desafios na aplicação nas escolas brasileiras, considerando a diversidade de perspectivas e descobertas na literatura científica disponível.

O levantamento de dados foi conduzido no Google Acadêmico e no Scielo, utilizando palavras-chave específicas e descritores de busca combinados com operadores booleanos "AND" e "OR". Essa abordagem permitiu uma busca por artigos relacionados ao tema, garantindo a inclusão de uma variedade de perspectivas e descobertas relevantes. Foram estabelecidos critérios de inclusão para a seleção dos estudos. A pesquisa considerou apenas artigos científicos de nacionalidade brasileira, escritos em português, disponíveis gratuitamente e integralmente na internet. Além disso, foram incluídos apenas artigos diretamente relacionados ao tema da Política Nacional de Educação Ambiental e publicados entre os anos de 2016 e 2023.

Por outro lado, outros tipos de estudos, como teses, resumos e relatórios não científicos, foram excluídos da análise. Isso foi feito para manter o foco na pesquisa acadêmica e científica relevante para o tema em questão, evitando a inclusão de materiais que não atendessem aos critérios de rigor científico estabelecidos.

A análise dos dados foi realizada em duas etapas distintas. Na primeira etapa, foram revisados os resumos e títulos dos artigos. Em seguida, os artigos selecionados nesta fase foram submetidos a uma leitura completa. Ao final desse processo, uma amostra de três artigos científicos foi identificada para a pesquisa em questão. Esses artigos foram então utilizados como base para a análise e discussão dos resultados.

III. Resultados E Discussões

Como resultado, foi possível obter uma amostra de três artigos científicos, conforme evidencia o quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados

Autores	Objetivo	Metodologia	Conclusões
Farias Filho e Farias (2020)	Compreender as percepções que um grupo de professores da educação básica possui acerca do texto da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea)	Relato de experiência	A pesquisa analisou a aplicabilidade e os desafios da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) em escolas brasileiras. Durante uma oficina, os professores participantes envolveram-se na leitura e discussão do texto da lei. A maioria nunca havia estudado a Pnea antes, indicando a necessidade de formação continuada. Poucas oportunidades para debater temas ambientais na escola foram observadas. A análise crítica da Pnea revelou que a maioria dos professores concordava com suas orientações, considerando-a um documento acabado. Algumas diretrizes da Pnea foram assimiladas de forma empírica, sem conhecimento das bases teóricas. Destaca-se a importância de os professores deliberarem sobre os documentos oficiais que orientam a educação ambiental e discutirem sua aplicação na escola.
Jaeger e Freitas (2021)	Conhecer a percepção dos professores de ciências e geografia em relação à EA e como esta vem sendo trabalhada com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental de escolas públicas da região central do Rio Grande do Sul	Pesquisa quantitativa	O estudo revelou que a Educação Ambiental (EA) ainda é abordada de forma superficial e disciplinar nas escolas, não cumprindo as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas não detalham a prática da EA, enquanto o conceito de EA não está claro para os professores, indicando a necessidade de cursos de capacitação. As atividades de EA realizadas são fragmentadas, não adaptadas à realidade local e insuficientes para promover mudanças nos hábitos dos estudantes. No entanto, a análise prática nas escolas e a revisão de documentos foram comprometidas pela pandemia de COVID-19, impedindo uma avaliação mais abrangente.
Grandiosoli, Curvelo e Neiman (2021)	Apresentar uma retrospectiva sobre os principais documentos internacionais e políticas públicas nacionais que tratam da Educação Ambiental (EA), além de analisar algumas visões sobre a sua prática	Pesquisa bibliográfica	O texto enfatiza a importância das medidas ambientais para melhorar o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades. Destaca-se que ativistas ambientais desempenham um papel fundamental nesse contexto, realizando ações como coleta de lixo, plantio de árvores e conscientização nas escolas. No entanto, a prática da Educação Ambiental (EA) ainda é superficial e disciplinar nas escolas, não atendendo às diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A compreensão do meio ambiente, segundo Reigota (2005), envolve as Representações Sociais (RS), que classificam o ambiente em tipos distintos. A EA, quando desenvolvida de forma interdisciplinar e cotidiana, pode ser transformadora na qualidade de vida dos envolvidos. Contudo, a análise revela que os professores ainda carecem de clareza sobre o conceito de EA e a implementação prática dessas diretrizes. A participação ativa dos sujeitos no processo educativo é essencial para promover mudanças significativas e construir uma cidadania ambiental. Diante das transformações na educação, é necessário repensar as práticas pedagógicas e fortalecer a Educação Ambiental nos espaços formais e não formais, enfrentando desafios como a falta de tempo, recursos e preparação adequada dos educadores. A reflexão e o diálogo são fundamentais para a aprendizagem da EA e para garantir nossa continuidade no planeta.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A pesquisa realizada por Farias Filho e Farias (2020) teve como foco a análise da aplicabilidade e dos desafios da Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea) em escolas brasileiras. Durante uma oficina, os professores participantes foram envolvidos na leitura e discussão do texto da lei, revelando que a maioria nunca havia estudado a Pnea antes. Isso aponta para uma lacuna na formação continuada desses profissionais, evidenciando a necessidade de investimento nesse aspecto para uma efetiva implementação da legislação ambiental nas escolas.

Além disso, a pesquisa observou poucas oportunidades para debater temas ambientais no ambiente escolar, indicando uma falta de espaço e estímulo para discussões sobre educação ambiental. A análise crítica da Pnea demonstrou que a maioria dos professores concordava com suas orientações, considerando-a como um documento acabado. Esse aspecto ressalta a importância de promover uma reflexão mais profunda sobre as diretrizes da política ambiental, a fim de garantir uma compreensão mais abrangente e crítica por parte dos educadores.

Outro ponto destacado foi que algumas diretrizes da Pnea foram assimiladas de forma empírica, sem um conhecimento sólido das bases teóricas subjacentes. Isso ressalta a importância de uma abordagem mais embasada e teoricamente fundamentada na implementação da educação ambiental nas escolas.

O estudo conduzido por Jaeger e Freitas (2021) trouxe à tona uma análise preocupante sobre a prática da Educação Ambiental (EA) nas escolas, evidenciando que essa abordagem ainda é realizada de maneira superficial e disciplinar, distante das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Uma lacuna significativa foi identificada nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas, que não detalham adequadamente a prática da EA, refletindo a falta de clareza sobre o conceito de EA por parte dos professores.

A necessidade de cursos de capacitação para os docentes foi ressaltada como um aspecto crucial para melhorar a compreensão e a aplicação da EA nas escolas. Além disso, as atividades de EA realizadas foram descritas como fragmentadas, não adaptadas à realidade local e insuficientes para efetivamente promover mudanças nos hábitos dos estudantes.

No entanto, é importante observar que a análise prática nas escolas e a revisão de documentos foram comprometidas pela pandemia de COVID-19. Essa limitação impediu uma avaliação mais abrangente e detalhada da implementação da EA, destacando os desafios enfrentados pelas instituições de ensino em meio a esse contexto de crise sanitária.

Autores como Grandiosoli, Curvelo e Neiman (2021) ressaltam a importância das medidas ambientais como um meio crucial para melhorar o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades. Destaca-se o papel dos ativistas ambientais, que desempenham um papel vital na realização de ações como a coleta de lixo, o plantio de árvores e a conscientização nas escolas.

Entretanto, os autores apontam que, apesar desses esforços, a prática da Educação Ambiental (EA) nas escolas ainda é superficial e disciplinar, não alcançando as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). É enfatizado que a compreensão adequada do meio ambiente, conforme destacado por Reigota (2005), envolve as Representações Sociais (RS), que classificam o ambiente em diferentes tipos. A EA, quando implementada de forma interdisciplinar e cotidiana, pode desempenhar um papel transformador na qualidade de vida dos envolvidos.

A análise revela que os professores ainda carecem de clareza sobre o conceito de EA e enfrentam desafios na implementação prática das diretrizes ambientais. É ressaltada a importância da participação ativa dos sujeitos no processo educativo para promover mudanças significativas e construir uma cidadania ambiental. Em meio às transformações na educação, é necessário repensar as práticas pedagógicas e fortalecer a Educação Ambiental tanto nos espaços formais quanto nos não formais.

Os autores também destacam desafios enfrentados, como a falta de tempo, recursos e preparação adequada dos educadores. Conclui-se que a reflexão e o diálogo desempenham um papel fundamental na aprendizagem da EA e são essenciais para garantir nossa continuidade no planeta.

IV. Conclusão

A pesquisa realizada evidencia uma série de desafios e lacunas na implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) nas escolas brasileiras. A análise revelou que muitos professores não possuem familiaridade com a PNEA, apontando para a necessidade de investimento em formação continuada para esses profissionais. Além disso, a falta de espaços e estímulos para debates sobre temas ambientais nas escolas foi observada, indicando uma lacuna na promoção da educação ambiental.

Ainda nesta pesquisa, observou-se que muitos professores consideram a PNEA como um documento acabado, sem aprofundar sua compreensão teórica e prática. Isso resalta a importância de promover uma reflexão mais profunda sobre as diretrizes da política ambiental para garantir uma implementação eficaz nas escolas. A assimilação empírica de algumas diretrizes da PNEA, sem um conhecimento sólido das bases teóricas, destaca a necessidade de uma abordagem mais embasada e fundamentada teoricamente na implementação da educação ambiental.

A falta de clareza sobre o conceito de EA por parte dos professores e a necessidade de cursos de capacitação foram aspectos ressaltados como cruciais para melhorar a compreensão e a aplicação da EA nas escolas. Apesar dos esforços dos ativistas ambientais e da importância das medidas ambientais para melhorar o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades, os desafios na implementação da EA persistem. A falta de tempo, recursos e preparação adequada dos educadores foram destacados como obstáculos significativos a serem superados. Em meio a essas dificuldades, a reflexão e o diálogo emergem como elementos fundamentais para promover mudanças significativas e garantir nossa continuidade no planeta.

Referências

- [1]. Dimas, M. De S.; Novaes, A. M. P.; Avelar, K. E. S. O Ensino Da Educação Ambiental: Desafios E Perspectivas. Revista Brasileira De Educação Ambiental (Revbea), [S. L.], V. 16, N. 2, P. 501–512, 2021.
- [2]. Farias Filho, E. N.; Farias, C. R. O. Duas Décadas Da Política Nacional De Educação Ambiental: Percepções De Professores No Contexto De Uma Escola Pública De Pernambuco. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, V. 101, N. 258, P. 481-502, Maio/Ago. 2020.
- [3]. Grandiosoli, E.; Curvelo, E. C. ; Neiman, Z. Políticas Públicas De Educação Ambiental: História, Formação E Desafios. Revista Brasileira De Educação Ambiental (Revbea), [S. L.], V. 16, N. 6, P. 321–347, 2021.
- [4]. Jaeger, A. P.; Freitas, E. M. De. Prática De Educação Ambiental: Percepção De Professores Do Ensino Fundamental De Escolas Públicas Municipais Do Rio Grande Do Sul. Revista Brasileira De Educação Ambiental (Revbea), [S. L.], V. 16, N. 1, P. 23–34, 2021.
- [5]. Mota, J. C. Formações Continuadas Em Educação Ambiental: Características E Limitações. Revista Espaço Acadêmico, 2017.
- [6]. Profice, C. C. Educação Ambiental – Dilemas E Desafios No Cenário Acadêmico Brasileiro. Rede - Revista Eletrônica Do Prodem, Fortaleza, V. 10, N. 1, Abr. 2016.